

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UM ESTUDO NO POLO UNIVERSIDADE ABERTA NO BRASIL DARCY RIBEIRO

PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES: A STUDY AT THE OPEN UNIVERSITY POLO IN BRAZIL DARCY RIBEIRO

Rute Mecias da Costa¹

Sebastião Sergio Prestes de Lima²

RESUMO

Ingressar em curso superior ainda é um grande desafio. Um dos problemas reside na conciliação de papéis, pois muitas vezes é preciso adiar o ingresso, já que outras prioridades surgirão e farão com que essa oportunidade seja postergada. O presente estudo foi realizado no polo de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil – Darcy Ribeiro, situado na cidade de Foz do Iguaçu (PR). Propõe-se a compreender os motivos que levaram os alunos a realizar cursos de graduação e/ou pós-graduação, na modalidade a distância, ofertados pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil. A pesquisa possui uma natureza quali-quantitativa, de caráter exploratório. Para os procedimentos de coleta de dados os recursos utilizados foram a aplicação de um questionário por meio da plataforma Google Forms e a realização de um roteiro de entrevista semiestruturado com alunos do polo. Entre os resultados apresentados destacam-se autonomia, flexibilidade e gratuidade, além disso, os alunos participantes da pesquisa compreendem o sistema como um fator que democratiza o ensino e transforma a instituição/criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil como uma política pública educacional.

Palavras-chave: UAB, Educação a Distância, Políticas Públicas Educacionais.

ABSTRACT

Entering higher education is still a great challenge. One of the problems lies in reconciling roles, often it is necessary to postpone admission, as other priorities will emerge and will cause this opportunity to be postponed. The present study, carried out at the face-to-face support center, at the Open University of Brazil – Darcy Ribeiro, located in the city of Foz do Iguaçu, Pr. -graduation, in the distance modality, offered by the Open University System of Brazil. The research has a qualitative and quantitative nature, exploratory in nature, for the data collection procedures the resources used were the application of a questionnaire through the Google Forms platform and the realization of a semi-structured interview script with students from the pole. Among the results presented, autonomy, flexibility and gratuity stand out. Furthermore, the students participating in the research understand the system as a factor that democratizes teaching and transforms the institution/creation of the Open University System of Brazil as a public educational policy.

Keywords: UAB, Elearning, Educational Public Policies.

1 Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2021). Bacharel em Administração. Tecnóloga em Gestão Pública. Bacharel em Ciências Contábeis.

2 Mestre em Administração pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2020). Especialista em Formação de Professores para Docência no Ensino Superior. Graduado em Administração de Empresas. Orientador na Especialização em GPM da Unicentro.

INTRODUÇÃO

Ingressar em curso superior ainda é um grande desafio. A problemática reside na conciliação de papéis, pois muitas vezes é preciso adiar o ingresso, já que outras prioridades surgirão e farão com que essa oportunidade seja adiada, tais como: maternidade, trabalho, falta de tempo, distância e rede de apoio, esses e muitos outros pontos que poderiam ser elencados.

Nesse sentido, surge a necessidade de o poder público debater políticas públicas voltadas para a educação, dar a incumbência aos governantes para elaborar políticas educacionais corresponde ao resultado da atividade política, permeando ações de interesse coletivo. Isso converge para o pensamento de que políticas públicas são manifestações de ações governamentais e têm como resultados atividades políticas, as quais promovem mudanças para os sujeitos que estarão envolvidos nessas questões, com a finalidade de promover a preservação da vida em sociedade (GUERRA; MORAIS, 2017).

Não obstante, falar em promoção de políticas educacionais é falar em desafios, pois está se tratando de tudo que é transferido pelo governo para que a educação seja concretizada, as decisões que permeiam a inclusão, a forma de acesso, o ingresso e a promoção de novas tecnologias que favoreçam aos interessados o acesso ao ensino superior.

Também é importante destacar que é necessário ser mais específico, pois cada região terá suas particularidades. Isso quer dizer que em determinada região deverá ocorrer mais investimentos do que em outras, decorrente de vários fatores, inclusive o nível de pobreza. Não há como falar em oferta de ensino superior a distância (EaD) se em uma determinada região o acesso à internet é fraco ou inexistente. Assim, as políticas públicas direcionadas a esse local seguirão conforme suas regionalidades.

Desse modo, surge a seguinte problemática: quais os principais fatores que influenciaram as pessoas a optarem pela oferta de ensino a distância em detrimento do ensino presencial, no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil?

O objetivo geral da pesquisa é compreender os motivos que levaram os alunos a realizar cursos de graduação e/ou pós-graduação na modalidade a distância ofertados pela Universidade Aberta do Brasil.

Já os objetivos específicos são: a) Contextualizar política educacional; b) Relacionar/caracterizar o polo Darcy Ribeiro como mecanismo de política educacional; c) Verificar os motivos que levaram os alunos a realizar um curso de graduação e/ou pós-graduação no sistema UAB.

O presente artigo justifica-se por refletir sobre o impacto ocorrido na vida dos discentes com a implantação do polo da Universidade Aberta do Brasil – Darcy Ribeiro como políticas públicas educacionais que são de extrema importância para a comunidade.

Este estudo tem a oportunidade de entender o fenômeno que leva os alunos do polo educacional a optarem pela modalidade de ensino a distância e, desse modo, oportuniza a pesquisa elencar informações atuais que podem favorecer a implantação de novas políticas públicas voltadas para a educação, neste mesmo formato, e assim atender um número maior de pessoas.

Outro fator que destaca a importância da proposta é que o polo Universidade Aberta do Brasil – Darcy Ribeiro está localizado na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, o que favorece o contato com os sujeitos da pesquisa.

É importante destacar também que a missão do polo é a ampliação de oferta de cursos superiores na graduação e pós-graduação com a prioridade para formação de docentes, além de objetivar ser reconhecido como referência na educação superior colaborando para o desenvolvimento social e econômico da região, outro relevante aspecto que favorece a realização da proposta e o atendimento aos objetivos elencados.

POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente trabalho aborda o tema sobre políticas públicas educacionais, no entanto, antes é preciso conceituar políticas públicas para que seja possível compreender o tema que o procede. Políticas públicas são temas complexos para se definir, de acordo com Estevão e Ferreira (2018) e Guerra e Morais (2017), políticas públicas são um conjunto de decisões que resultam em uma determinada ação com a finalidade de beneficiar a coletividade.

Estevão e Ferreira (2018) afirmam que políticas públicas representam um curso de ação ou conjunto de complexas decisões, que segundo os autores possuem os seguintes aspectos:

(I) a existência de uma rede de decisões complexas e que, tomadas em conjunto, definem, de certa forma, o que é política; (II) as políticas se modificam com o passar dos tempos, o que torna difícil o seu término; (III) as não-decisões também devem ser analisadas quando do estudo de políticas (ESTEVÃO; FERREIRA, 2018, p.2).

Para os autores, esses conjuntos de decisões complexas são tidos como resultados das atividades realizadas por ações políticas, são revestidas da vontade soberana da administração pública no que diz respeito à alocação de recursos.

É importante frisar, inicialmente, que a política pública não se refere apenas às questões que envolvem a sua formulação, ou seja, a partir dos desdobramentos da aplicação dos recursos, dos seus aspectos jurídicos, da legitimidade ou apenas como atributo do Estado. Mas deve-se debater também a sua historicidade, o surgimento das ideias e dos atores envolvidos (ESTEVÃO; FERREIRA, 2018, p.5).

Pode-se dizer, então, que políticas públicas são “uma perspectiva de manifestação de ações governamentais, nas quais, se inserem também mutações na realidade social em que os sujeitos políticos estão inseridos e envolvidos nas deliberações políticas” (GUERRA; MORAIS, 2017).

A afirmação converge com o pensamento de Malta e Schurster (2020), que tratam as políticas públicas como ações institucionais efetuadas pelos governos, que são materializadas de diferentes maneiras. Os autores consideram o tema complexo por envolver muitos atores de variadas organizações que não advêm da neutralidade, e que elas são adotadas a partir dos atores que detêm o poder político.

Outro ponto que não pode deixar de ser abordado, já que trata sobre políticas

públicas, é o ciclo que compõe a formulação delas. Malta e Schurster (2020) afirmam que “esse ciclo é composto por cinco fases: (1) Montagem da Agenda; (2) Formulação da Política; (3) Tomada de Decisão; (4) Implementação e (5) Avaliação”.

O ciclo de políticas públicas se inicia com a identificação dos problemas. Essa é uma fase estratégica, pois influencia a formação da agenda governamental, ou seja, o conjunto de assuntos sobre os quais o governo e os atores ligados a ele concentram sua atenção em determinado momento (IASULAITIS *et al.*, 2019, p.8).

A montagem da agenda é realizada para demonstrar o que será prioridade. Consiste em planejar o que será desenvolvido e quais problemas merecem atenção. Para Gonçalves (2017), os temas abordados na elaboração da agenda podem dar forma a um programa de governo, um plano orçamentário e um estatuto ou ainda resultar na combinação de várias ações para proposição de alternativas que possam alcançar um resultado satisfatório.

A formulação da política é a fase em que se apresentam ideias, sugestões para resolução do problema, caracteriza-se por detalhar as alternativas. “A fase de elaboração e formulação da política pública consiste na preparação da decisão política, quando se examina o problema que foi apresentado para ser inserido na agenda e levantam-se as possíveis alternativas para sua solução” (IASULAITIS *et al.*, 2019, p.8).

A tomada de decisão é realizada com base nas sugestões apresentadas, definindo-se os prazos, detalhamento das alternativas adotadas para a ação política. De acordo com Iasulaitis *et. al* (2019, p.8): “o processo de tomada de decisão é o momento da escolha das políticas propriamente dita, que tanto pode ser realizada de modo democrático, com participação cidadã, quanto de forma monocrática”.

A implementação, quarta fase da ação política, como cita no próprio nome, se trata de transformar a ação em atos. Nessa fase o planejamento é colocado em prática.

Essa fase do processo pode ser acompanhada pela população e é fundamental para a accountability governamental. Informar o arranjo institucional para a execução, como serão organizados os recursos humanos e financeiros, materiais, dados sobre as licitações, valores, os prazos de execução e os responsáveis pelas obras e projetos, possibilita um processo sistemático de supervisão e controle social da execução de uma atividade e permite eventuais correções (IASULAITIS *et al.*, 2019, p.8).

A última fase é a avaliação, porém, ela deve ser realizada em todas as etapas, já que por meio dela é possível maximizar os resultados, pois sua função é a supervisão das atividades.

A fase de avaliação é aquela em que os resultados das políticas públicas serão mensurados. As análises sobre essa fase buscam compreender os diferentes instrumentos de avaliação utilizados, os resultados alcançados em suas várias dimensões (eficiência, eficácia, efetividade etc.), os atores envolvidos na avaliação, mecanismos de feedback etc. (LOTTA, 2019, p.13).

Por fim, entende-se que política pública é o instrumento pelo qual o poder público efetiva os direitos dos cidadãos, de modo que haja intervenção entre o Estado e sociedade.

É importante destacar que, conforme Estevão e Ferreira (2018, p. 5): “não há, entretanto, certeza de que os direitos sociais sejam efetivados, pois tudo dependerá da maior ou menor representatividade que cada segmento representado possui”.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Pode-se dizer que por políticas públicas educacionais entendem-se todas as atividades governamentais que são realizadas na educação. Oliveira, Pizzio e França (2010) afirmam que políticas públicas educacionais são as decisões do governo que dizem respeito ao ambiente educacional, enquanto ambiente de ensino-aprendizagem. Desse modo, compreende-se que o termo se refere ao que está relacionado às questões da educação, mais precisamente às atividades desenvolvidas no ambiente escolar.

Políticas públicas educacionais não são desassociadas das políticas públicas, pois também são desenvolvidas em benefício da coletividade, fazem parte do rol de normatização do Estado e têm por objetivo garantir o acesso universal à educação de qualidade e o desenvolvimento do educando.

É válido lembrar que a construção de uma política pública é regulada por várias etapas, pois todas têm o propósito de atender demandas da sociedade. Além disso, buscam efetivar direitos. Com isso, tem-se que antes de iniciar a construção de uma política pública educacional é necessário estabelecer sua agenda que trata do “cumprimento de atividades que permitem que as ações sejam implementadas com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas” (SILVA; MELO, 2000, p. 4).

Essa visão não considera a implementação de políticas como um processo de aprendizagem, mas como uma consequência do que foi proposto no contexto de formulação e na construção das políticas. Nesse caso, é vista apenas como uma etapa de operacionalização de políticas e os sujeitos que atuam nessa execução estariam com suas funções limitadas a atender as exigências dos formuladores das políticas como controladores de todo o processo (organizacional político e pedagógico), desconsiderando a influência dos sujeitos “implementadores” de política. Essa visão clássica de implementação é entendida como um só arremesso em que a ação governamental, expressa em programas ou projetos de uma intervenção, é implementada de cima para baixo (*top down*) (GUERRA; MORAIS, 2017, p. 5).

Outro aspecto importante a ser destacado é que a construção de uma política pública educacional atende a uma determinada demanda histórica, principalmente pela dinâmica ocorrida na sociedade, que a depender do momento vivenciado exige que os governantes realizem outras propostas para garantir a universalização do ensino.

De um modo geral, as políticas públicas educacionais implementadas no âmbito escolar vêm sendo atreladas, dentre outras ações, à modernização da sociedade. Desse modo, surge a necessidade de entender a concepção e a influência das políticas públicas educacionais, na tentativa de possibilitar a compreensão de sua finalidade e da concretude no âmbito escolar, bem como as implicações nesse espaço (GUERRA; MORAIS, 2017, p. 5).

No Brasil, as políticas educacionais têm sua abordagem contemplada na Constituição Federal de 1988 e normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei

nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que em seu artigo 3º dispõe a seguinte redação: “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender (...); pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização do profissional da educação escolar e garantia de padrão de qualidade” (BRASIL, 1996).

Com base nisso, tem-se que a finalidade de promover políticas públicas educacionais são para atender as necessidades dos educandos e garantir o acesso à educação, além disso, o poder público, com base nas demandas previamente levantadas, garante a criação de locais, propostas e tecnologias diferenciadas para que a universalização do ensino, como disposto na Constituição Federal de 1988, seja amplamente garantido, oportunizando, desse modo, garantias na interação da política proposta e a ressignificação de práticas para as ações de fato (GUERRA; MORAIS, 2017).

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

A educação no país é um direito de todos, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, o qual afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Em grande parte de situações, para ter esse direito assegurado constitucionalmente é preciso a formulação de políticas públicas, pois, como apresentado, uma ação política surge de um determinado problema que deve, depois de verificado, ser ou não colocado em prioridade para então seguir com ações que beneficiem a coletividade. Para Santos (2016, p. 1):

A educação no Brasil é um direito universal de todos os brasileiros, e que vem passando por uma série de transformações na atualidade. E o incentivo se deve às inúmeras possibilidades advindas do entorno, que tem como precursoras uma variedade de interesses e conflitos. Assim, para tornar possível a convivência em sociedade, é preciso uma administração desses interesses e adequação dos conflitos, a fim de que todos os interesses públicos sejam realmente geridos.

A Universidade Aberta do Brasil surgiu para suprir uma demanda educacional que era a ausência de acesso ao ensino superior em várias partes do país. Malta e Schurster (2020) afirmam que, apesar de existir universidades estaduais e federais que atuam no interior do país, há uma demanda de vagas que é maior do que a oferta, conseqüentemente, as Instituições de Ensino Superior (IES) não conseguem atender. Diante desse impasse, a UAB foi instituída e se apresentou como uma das soluções para aumentar o número de ingressantes nas IES pelo país, principalmente, no interior.

O sistema UAB foi instituído pelo Decreto nº 5.800, em 8 de junho de 2006, e sua finalidade é voltada para o desenvolvimento da educação a distância. De tal forma, tem como objetivo a interiorização e a expansão de ofertas de cursos e programas de ensino superior no país (BRASIL, 2006).

I - Oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; II - Oferecer cursos supe-

riores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; III - Oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV - Ampliar o acesso à educação superior pública; V - Reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País; VI - Estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e VII - Fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006)

Seu funcionamento se dá por colaboração com entes federativos da União, Estados e Municípios, conforme Malta e Schurster (2020, p. 4):

Cabe ao Governo Federal dar as diretrizes de funcionamento dos cursos, como carga horária de disciplinas obrigatórias e optativas, assim como atividades complementares. Também é de competência da União fazer o pagamento de alguns agentes (esse que é feito por meio de um sistema de bolsas), como tutores, coordenadores de curso e professores. Já aos estados e/ou aos municípios cabe fornecer, sobretudo, o polo de apoio presencial, que é uma unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior

A UAB é sustentada por eixos fundamentais, conforme trecho retirado do site da Universidade Federal do Mato Grosso (2020), são eles: a). A expansão pública da educação superior como processo de democratização e acesso; b) Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, para então possibilitar a expansão de propostas educacionais dos estados e municípios; c) Avaliação da educação superior a distância de acordo com os processos do MEC; d) Estimular a investigação em educação superior a distância no país; e) Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior à distância.

Segundo Stockmanns (2016, p. 4):

O sistema da UAB funciona como articulador entre as instituições de educação superior e os governos estaduais e municipais, com vistas a atender às demandas locais por educação superior. Essa articulação estabelece qual instituição de educação deve ser responsável por ministrar determinado curso em certo município ou certa microrregião por meio dos polos de apoio presencial.

Polo de apoio presencial é o local físico onde são realizadas as atividades presenciais, avaliações, tutorias, encontros e apresentação de trabalhos acadêmicos. Também é constituído por infraestrutura e recursos humanos adequados, pois deve dispor de capacidade para atender as demandas mencionadas, para isso, faz-se necessário que a infraestrutura contemple biblioteca, laboratório com computadores, presença de tutores, coordenadores e secretaria, ou seja, um ambiente propício para dar suporte aos discentes e docentes (BRASIL, 2017); (MALTA; SCHURSTER, 2020).

Além da sua criação, que por si só já se apresenta como uma política pública e também uma política pública educacional, cuja ação advém de atos relacionados ao âm-

bito educacional, tem-se que sua estrutura atua para a democratização e universalização do ensino, dentre o qual, atende uma condição de colocar à disposição da sociedade o princípio da igualdade, não só aquele que permite que todos concorram em igualdade de condições no acesso ao ensino superior, mas também, que seja proporcionado a todos e a todas uma condição favorável de acordo com a medida adequada de sua desigualdade.

A UAB, com a criação e oferta de cursos de educação superior na modalidade EaD, está possibilitando o acesso ao jovem e ao adulto trabalhador, ao conhecimento científico e o uso das tecnologias da informação e da comunicação. Por meio de uma metodologia de ensino diferenciada oportuniza o acesso à atualização e a capacitação de tantos profissionais, quer seja da educação como de outras áreas (SLOCKMANNNS, 2016, p. 5).

Sua criação, em 2006, tratou de colocar em efetivação o direito de todos os cidadãos, não restringindo a educação somente a uma sala de aula, ademais sua consolidação também foi reafirmada como política educacional, conforme disposto no artigo nº 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regulamenta a oferta de cursos de graduação na modalidade de Educação a Distância.

Políticas como a do programa UAB se fazem importantes para que a educação superior seja difundida em uma estrutura organizada pelo país. No sentido de aumentar a democratização do ensino superior do país, foi criado o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, um programa oriundo do governo federal pelo decreto 5800 de 2006, que visa ofertar cursos superiores a distância públicos, gratuitos e de qualidade. São oferecidos a partir das Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES e polos de apoio presencial localizados em vários municípios brasileiros, parceiros do programa (MESQUITA, 2016, p. 9).

METODOLOGIA

Toda proposta de pesquisa necessita que seja realizado o delineamento adequado da metodologia, uma descrição detalhada do que se pretende realizar e as ações que permearam o trabalho desenvolvido. Gil (2002) define que pesquisa é o procedimento sistemático e tem a finalidade de oferecer as respostas para o problema proposto, assim, tem-se que a pesquisa é direcionada com base nos conhecimentos disponibilizados ao pesquisador com a escolha minuciosa de métodos, técnicas e outros procedimentos que favoreçam a execução do projeto.

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa quali-quantitativa, qualitativa, pois, segundo Malhorta (2004), objetiva a compreensão sob a percepção e valores das pessoas, desse modo, proporcionará um entendimento melhor ao pesquisador para que se prossiga com o projeto de pesquisa. Assim, tem-se que a finalidade da pesquisa qualitativa busca a compreensão, a descrição e a explicação dos fenômenos por meio da análise de experimentação, tanto individual, como em grupo, para isso, pode utilizar como recursos: textos, imagens ou filmes, ou ainda fatos sobre as experiências e integrações (FLICK, 2009).

Já no contexto quantitativo é caracterizada pela utilização de recursos quantificadores e técnicas estatísticas, na coleta de dados e no tratamento das informações (RICHARDSON, 1999). A coleta de dados, no método quantitativo, é realizada por meio de formulários com perguntas pré-elaboradas, que segundo Marconi e Lakatos (2011), originam-se em modelos descritivos, os quais, permitem a análise de uma determinada população

estudada e tem como objetivo a descoberta, classificação e a relação entre as variáveis, que por fim, propõem-se a descobrir as características de determinados fenômenos.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, foi realizado um levantamento de dados, por meio da aplicação de um questionário autoral estruturado com os alunos, que realizaram cursos no polo Darcy Ribeiro, em Foz do Iguaçu, pelo sistema Universidade Aberta do Brasil. Ademais, foi realizada uma entrevista com quatro alunos que ainda estavam realizando algum curso na unidade, que neste caso objetivou “fornecer uma análise do contexto e processos que iluminam as questões teóricas que estão sendo estudadas” (HARTLEY, 2004, p. 323).

A escolha por pelo menos dois alunos foi realizada de modo a dar mais autenticidade ao estudo, além disso, os alunos já haviam respondido um questionário autoral na plataforma Google Forms, assim, a entrevista possibilitou mais proximidade, entendimento e percepção da avaliação dos alunos sobre os cursos ofertados pela Universidade Aberta do Brasil.

Os procedimentos adotados justificam-se em virtude de o polo ter ofertado 4.440 vagas, de 2007 até o ano de 2019, e destas, 2.417 alunos terem concluído algum curso ofertado no polo de apoio presencial, pelo sistema UAB. A presente pesquisa limitar-se-á aos alunos concluintes, no tangente à aplicação do questionário, para os dados estatísticos, comumente conceituada como a população da pesquisa. “População é a soma de todos os elementos que compartilham algum conjunto comum de características, conformando o universo para o propósito do problema de pesquisa” (MALHORTA, 2004, p. 301).

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado com perguntas fechadas com o objetivo de identificar a percepção dos alunos sobre o que os motivaram a realizar um curso no polo Darcy Ribeiro, pelo sistema UAB. Para Gil (2002), um questionário é a elaboração de um conjunto de questões que são respondidas pelos sujeitos da pesquisa com o objetivo de obter informações mais ágeis e sem muitos custos na obtenção de informação, para a entrevista com os alunos, a proposta seguirá com um modelo semiestruturado, que auxiliará na condução da entrevista e permitirá aos alunos uma certa flexibilidade para exporem suas percepções.

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados obtidos na apresentação e análise de dados foram divididos em duas categorias. A primeira, foi a elaboração de um questionário com perguntas objetivas que tinham por finalidade fazer uma identificação mais geral dos alunos do polo. A segunda tratou da realização de uma entrevista semiestruturada que possuía uma abordagem qualitativa, com a finalidade de extrair a percepção dos alunos acerca da educação a distância e os motivos que os levaram a optar pelo sistema UAB.

Inicialmente, para poder contatar os alunos, foi solicitado à coordenação do polo a referência de alunos ativos, no ano de 2021. Os dados apresentaram um quantitativo de 447 alunos, foram pedidos os contatos dos alunos e autorização para aplicação do questionário.

O questionário foi encaminhado aos alunos, via e-mail e como critério de encaminhamento foi adotado o vínculo institucional com a UAB, no corpo do e-mail foram

explanados os objetivos da pesquisa, sua finalidade e o encaminhamento do link para as respostas, a qual ficou aberta, para quem tivesse interesse entre os dias 22/07/2021 a 11/08/2021. O retorno de respostas obtidas somou 82 participantes, o que representou 18,34% dos alunos ativos.

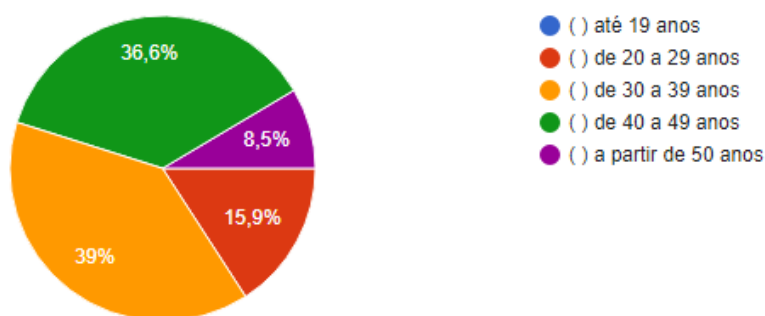
APRESENTAÇÃO DE ANÁLISE DE DADOS

Sobre a composição dos alunos, de acordo com as respostas obtidas dos 82 participantes, com vínculo ao polo Darcy Ribeiro, há predominância de mulheres (68,3%). Esse percentual denota a concordância com os estudos promovidos por Pina e Silva (2019, p. 95), que afirmam, “a predominância das mulheres no ensino superior [...]. Elas são maioria de ingressantes, matriculados e concluintes sendo, 55% ingressantes, 57% matriculados e 61% concluintes dos cursos de graduação”.

Gráfico 1. Faixa etária dos alunos do polo Darcy Ribeiro

2- Faixa etária:

82 respostas



Fonte: (Elaborado pela autora, 2021)

A faixa etária dos alunos, conforme apresentado no gráfico 1 tem um percentual maior entre 30 e 39 anos (39%), seguida por 40 e 49 anos (36,6%).

Na composição do estado civil, 58,5% dos participantes são casados e o restante compõe os outros percentuais; a faixa salarial dos acadêmicos é composta por um percentual de 36,6% de alunos que possuem uma renda entre R\$ 1.101,00 e R\$ 2.200,00. Uma descoberta muito interessante diz respeito à origem da atuação profissional dos alunos, 43,9% são da administração pública municipal, seguido de 29,3% do setor privado e 14,6% da administração pública estadual.

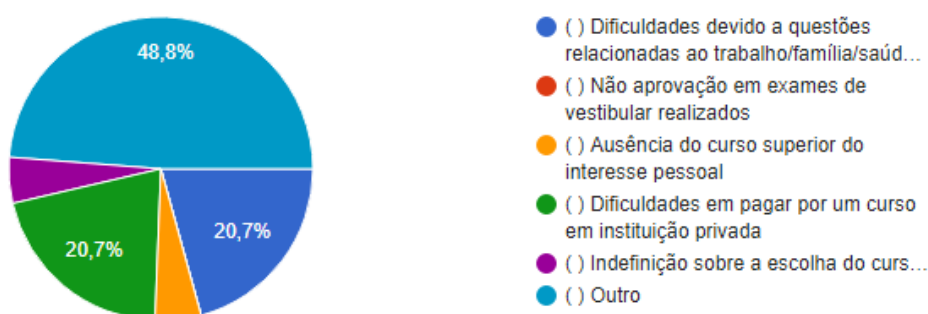
Esse número elevado de alunos oriundos da esfera municipal pode ser explicado pela própria finalidade de criação a UAB, que primariamente oferece cursos de licenciatura para qualificação do magistério, “por meio de uma metodologia de ensino diferenciada oportuniza o acesso à atualização e a capacitação de tantos profissionais, quer seja da educação como de outras áreas” (SLOCKMANNS; 2016, p.5). Posteriormente, um outro ponto que coaduna com a estatística é que “a UAB adota o tripé Capes x Universidade x Município para oferta de cursos à distância” (FARIAS; PRAZERES; BERNARDES, 2019, p. 7), isso pode explicar o ingresso desses servidores no sistema UAB.

Na identificação dos motivos que levaram esses alunos à escolha por cursos superiores no sistema UAB, as respostas não foram muito conclusivas, pois os alunos identificaram outros motivos que não estavam disponíveis no formulário, conforme apresentado no gráfico 2.

Gráfico 2. Motivo que levaram os alunos a realizar um curso superior pelo Sistema UAB

8- Qual o principal motivo que o levou a realizar um curso superior pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil?

82 respostas



Fonte: (Elaborado pela autora, 2021)

Sobre a importância do sistema UAB, 81,7% dos alunos que participaram da pesquisa consideram o sistema importante e 92,7% dos que responderam à pesquisa consideram o sistema UAB uma política pública educacional. Corroborando para a afirmativa de Guerra e Morais (2017), que dentre as opções de políticas públicas educacionais estão as implementadas, dentre outras ações, aquelas direcionadas à modernização da sociedade que visam a compreensão e concretude no âmbito escolar.

Também por 97,6% dos alunos que participaram do estudo, o sistema UAB é uma expansão educacional para democratização do Ensino Superior, algo que está amplamente ligado aos propósitos de criação do sistema Universidade Aberta do Brasil, que é a difusão do ensino superior com a implementação de cursos superiores a distância com o apoio dos municípios, instituições de ensino e Capes.

No questionário também foi identificado que 95,1% dos alunos compreendem o sistema UAB como uma proposta educacional que tem por finalidade reduzir as desigualdades na oferta do ensino superior no Brasil, algo descrito no Plano Nacional de Educação (2015). “[...] consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação em sua integralidade, dissolvendo as barreiras para o acesso e a permanência, reduzindo as desigualdades, promovendo os direitos humanos e garantindo a formação para o trabalho e para o exercício autônomo da cidadania” (BRASIL, 2015, p. 11).

Para 96,3% dos alunos, o sistema UAB é um amplo sistema de ensino superior a distância, os alunos reconhecem o potencial do sistema, entendem que através desta metodologia muitas pessoas têm oportunizadas o acesso ao ensino superior, por meio de práticas disseminadoras, que promovam a articulação entre os municípios, instituições de ensino e Capes.

Outro aspecto trazido para a pesquisa foi a entrevista com quatro alunos que também realizam curso no polo Darcy Ribeiro, aqui serão chamados de entrevistado 1, entrevistado 2, entrevistado 3 e entrevistado 4. A escolha de quatro alunos foi pela espontaneidade dos sujeitos, ao anunciar a pesquisa, conforme contato disponibilizado pela coordenação do polo, esses alunos se colocaram à disposição para auxiliar e contribuir com o estudo.

Foi pedido para os alunos relatarem os motivos que os levaram a estudar pelo sistema UAB.

Entrevistado 1: “Busquei uma formação e a oportunidade de fazer o curso em gestão pública, forma pública surgiu”.

Entrevistado 2: “Optei por fazer a graduação on-line em razão da praticidade de estudos, além de eu conseguir conciliar com outra graduação que está em andamento. Também pela autonomia de estudar em horários alternados”.

Entrevistado 3: “Foi a praticidade de estar na Universidade Pública que é extremamente importante, fazendo um curso útil para sociedade e para minha vida e tem essa flexibilidade que é a distância de não precisar estar lá na sala de aula de segunda a sexta ou em qualquer outro período, sendo que tem trabalho, tem a vida e em grandes centros urbanos como em Curitiba, onde eu moro, por exemplo, você demora duas horas e meia dentro de um ônibus ou uma hora e meia dentro do carro, são grandes distâncias e a faculdade a distância permite você fazer onde quiser”.

Entrevistado 4: “Após um período da formação minha ter sido presencial, eu iniciei na vida profissional trabalhando e após o mestrado e acho que como todo estudante que acaba optando pela educação a distância foi por motivo mesmo de conciliar trabalho, vida profissional com a necessidade de buscar uma qualificação, um pouco além daquilo que eu já tenho né, eu cheguei até a instituição e fui me inteirar sobre a universidade aberta do Brasil e ver o potencial que tinha para formação, então vi que havia ali uma carga de legitimidade e confiança na instituição, por ser uma organização que buscava democratizar o ensino e então eu optei por cursar, inicialmente, a pós-graduação em cooperativismo e depois já durante a pandemia, como não havia mais as opções presenciais, eu já tava habituado na a pós, eu fui em busca de gestão pública – tecnólogo, mas basicamente foi justamente por essa necessidade de conciliar a rotina de trabalho com a busca por uma qualificação, não parar de estudar ou não parar de estudar para trabalhar, então a UAB atendeu essa necessidade que eu tinha”.

Diante desses relatos, o que se torna muito claro é que os alunos que compõem o sistema estão em busca basicamente de flexibilização, acesso, qualificação e qualidade na educação, objetivos consoantes às determinações que instituíram o sistema UAB, também, percebe-se que para os entrevistados há uma preocupação em finalizar a graduação, já que, muitas vezes, para graduar-se o aluno precisa optar entre finalizar a graduação e/ou trabalhar, se não existir a possibilidade de uma política que permita o acesso do aluno, possivelmente haverá evasão.

Perguntou-se aos alunos: vocês acham que o sistema auxilia na redução de desi-

gualdades no acesso ao ensino superior? As respostas foram:

Entrevistado 1: “Certa forma sim”.

Entrevistado 2: “Acredito que auxilia em partes, pois nem todos possuem acesso à internet ou a um computador/celular”.

Entrevistado 3: “Não auxilia, porque muitas pessoas não sabem da existência da UAB, as pessoas que eu conheço e já sabem, já trabalham em órgão público, na prefeitura, por exemplo, já tem acesso e quando é divulgado é divulgado ali internamente, se você perguntar para alguém aqui do meu bairro, da minha vizinhança, ah, vocês conhecem a Universidade Aberta do Brasil, ninguém, nunca ouviu falar, é falta de divulgação também e pessoas que eu conheço que sabem e que estão cursando já tem uma graduação, é enfim ficaram sabendo por conta da própria universidade, é não é aberto a todos essa informação e por isso que não vai mudar a questão da desigualdade no acesso do ensino superior, porque não é amplamente divulgado, explicado para as pessoas como funciona”.

Entrevistado 4: “Sim, eu penso será a universidade aberta do Brasil o instrumento que uma ferramenta que auxilia na redução das desigualdades[...]uma redução das desigualdades senão por um instrumento da universidade aberta do Brasil que permitem acesso né então frente à toda a verdade que a gente tem no país a gente vê eu vejo não só como um instrumento de democratização da justiça social e que permitem então o acesso de uma massa significativa de pessoas boas universidades [...]”.

A redução da desigualdade social, através do acesso aos cursos de graduação, permite consolidar as políticas de acesso aos sistemas de ensino, descritos na Constituição Federal de 1988 e na LDB de 1996, a qual prevê em seu artigo 3º “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender (...); pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização do profissional da educação escolar e garantia de padrão de qualidade”.

Também é importante destacar que dentre os entrevistados houve divergência quanto à redução de desigualdade social. Para que haja uma diminuição significativa, nesse propósito, é preciso difundir mais a proposta presente no Decreto que regulamentou o sistema, não só abranger o magistério, mas disponibilizar a toda a comunidade o acesso propriamente dito.

Outro ponto na entrevista tratou sobre política pública educacional, que são as ações governamentais para atender problemas públicos relacionados à educação.

Entrevistado 1: “Conforme foi apreendido no próprio curso de Gestão, política pública vem a ser uma necessidade da sociedade que precisa ser desenvolvida por seu governo. Portanto, política pública educacional é um dos pilares indispensáveis para o crescimento de uma sociedade, porém quase sempre é negligenciada por governos”.

Entrevistado 2: “Entendo”.

Entrevistado 3: “Sim entendo o que é uma política pública educacional”.

Entrevistado 4: “De forma bem resumida diria que sim, mas são basicamente né, uma ação da estrutura estatal do Estado uma ação que vise a reduzir as desigualdades de acesso à educação é uma ação do estado que permita a educação para todos né e nesse sentido a educação de qualidade né por mais que existir uma política pública educacional não significa existir uma política pública que de fato exerça a função dela que seria democratização permitir a redução das desigualdades e esse mecanismo de justiça social né então a política pública educacional é essa ação estado para permitir que a educação seja de fato um algo que seja de acesso de todos né e aí desde ensino básico ensino fundamental até o ensino superior né e tudo mais então políticas pública educacional ao meu ver tem esse viés né ser uma ação estatal que visem reduzir as desigualdades através da oferta de educação de qualidade para todos”.

Quando se fala em diminuir as desigualdades através da educação, percebe-se que nem todos compreendem esse papel, mas democratizar estabelece universalização para todos, essa conceituação é consoante ao projeto de formação da UAB, que como seu próprio nome diz é aberta, isso pode denotar muitos sentidos, como o social, por exemplo, que é aberto a todas as classes sociais, possibilitando às pessoas o ingresso em cursos superiores e aberta no sentido de permitir a escolha pessoal de querer ou não participar desse consórcio de instituições que é o Sistema Universidade Aberta do Brasil (MENDONÇA et. al, 2020).

Foi perguntado aos entrevistados se eles percebiam a UAB como um agente de democratização do ensino, todos os entrevistados acreditam que o sistema possui essa característica, principalmente por ofertarem cursos gratuitos e de qualidade, cabe ressaltar que a função primária do sistema é a oferta de cursos de graduação “prioritariamente a titular professores leigos e a formação de educadores” (MENDONÇA et. al, 2020, p. 168), desse modo, apesar de a estrutura permitir o ingresso da comunidade geral, não se pode afirmar que a UAB por si só democratize o sistema de ensino.

Sobre as mudanças que poderiam ser realizadas no sistema:

Entrevistado 1: “Uma melhor qualidade no conteúdo de mídia digital”.

Entrevistado 2: “Atualmente, disponibilizaria monitoria para os alunos que sintam necessidade”.

Entrevistado 3: “No lugar das comunidades até mesmo no interior assim comunidades no interior comunidades nos centros urbanos em parceria com ONGs com escolas locais eu ia fazer a divulgação da UAB como é que funciona o que é como que pode é o que é um polo enfim um dia divulgar e falar né para os jovens das mães para as pessoas ali nada comunidade que englobam ali aquela escola que ele órgãos ela onde que você pode assim entrar numa universidade e trabalhar cuidar da família ter 50 empregos que você pode sim fazer uma faculdade que não é impossível que não é difícil que não custa um milhão de reais que é possível sim que você tem direito a fazer uma universidade pública iria divulgar como que funciona Claro que pode usar o polo caso a pessoa não tem um computador pode ir até o polo e isso falando na realidade é porque eu penso que uma pessoa que não tem computador ela pode ir ao polo usar mas se o polo não for acessível aí que eu mudaria é um polo com computadores

com a biblioteca para quem não tem poder ir lá fazer o acesso poder estudar fazer as suas disciplinas poderia nesse aspecto de da divulgação ali das pessoas que são público-alvo não adianta você ir lá no eu não podia ficar divulgando para servidores tem que ir na comunidade na escola”.

Entrevistado 4: “Eu acho que eu sobre o sistema de ensino da UAB é bem completo né, oferece oportunidade em relação à formato executar agora das experiências que eu tive[...] utiliza ferramentas bastante ultrapassada que poderiam Então ser um pouco mais atualizada Quando utilizar algumas outras contas tipos de instrumentos que permitem a interação não só entre professor aluno mas também a interação entre os estudantes que hoje ela acaba sendo um pouco forçada era minha intenção natural né E quando ela acontece né nos Espaços bem bem limitadas e a interação com o Universidade o curso acaba não acontecendo então talvez a construção de ferramentas nas mais modernas um pouco mais atuais em relação à possibilidade de os alunos interagirem”.

○ ingresso no ensino superior não é um desejo isolado de alguns, muitos jovens gostariam de ter oportunizadas vagas em instituições públicas, este estudo demonstra que pelas características de faixa etária apresentadas, o percentual de ingresso de alunos na faixa dos 19 anos é baixa, sendo majoritariamente ocupadas pela faixa entre 30 e 49 anos, o que pode estabelecer ausência de políticas que possibilitem esses jovens a ingressarem em um curso de nível superior, assim que concluem o ensino médio.

○ sistema UAB, apesar de ser um importante instrumento de acesso ao ensino superior e cursos de especialização, têm sua instituição pautada pela criação de cursos de licenciatura e formação para docentes, a oferta de cursos direcionados a comunidade geral, ainda é pequena (MENDONÇA et. al, 2020). Não que a oferta de cursos ao magistério não seja necessária, porque para se ter uma educação de qualidade é preciso ter profissionais qualificados, “no entanto, argumenta-se, com base na discussão sobre a democratização do acesso ao ensino superior” (MENDONÇA et. al, 2020, p. 169), algo que ainda promete ser muito desafiador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

○ debate sobre políticas públicas é desafiador, apesar de todo o aparato que trata sobre as etapas que antecedem a elaboração de uma ação pública, entender os aspectos sobre a temática, em si, não é uma tarefa simples, ademais, é entendido que a motivação para o estabelecimento de uma ação pública é a resolução de um problema público.

Outrossim, quando se trata de políticas públicas educacionais há que se compreender que estas são realizadas a fim de se promover inclusão, acesso e diminuição das desigualdades. A diminuição das desigualdades compreende adoção de medidas em sua proporção, observando o problema e suas particularidades.

Esta pesquisa tinha como problemática identificar os fatores que influenciaram as pessoas a optarem pela oferta de ensino a distância em detrimento ao ensino presencial, no âmbito do sistema UAB. Dessa maneira, foi preciso compreender a contextualização de política pública educacional, que é ação governamental de um problema público aplicado ao ambiente escolar.

O polo de apoio presencial Darcy Ribeiro, localizado na cidade de Foz do Iguaçu (PR), pode ser entendido como uma política pública educacional, porque, por meio de suas instalações, oferece estrutura necessária de atendimento às instituições de ensino, que ofertam cursos de graduação e/ou pós-graduação, através do sistema Universidade Aberta do Brasil.

Por conseguinte, foi possível verificar a motivação dos alunos em ingressar no sistema UAB. Inicialmente, compreendeu-se que o público atendido na maioria são mulheres, com renda entre R\$ 1.101,00 e R\$ 2.200,00, em grande parte, são servidores públicos que precisam conciliar seus horários.

Um outro apontamento realizado pelo estudo é referente aos alunos, em grande maioria, são compostos por candidatos que ingressam no sistema UAB e não correspondem à faixa etária de concluintes do ensino médio. Desta forma, percebe-se que há, a partir deste levantamento, o surgimento de uma nova proposta de pesquisa, já que é preciso entender se há ausência de oferta de ensino superior, logo após a formação do ensino médio, se os participantes estão em busca de uma segunda graduação e se fazem parte do grupo de docentes, que é a finalidade principal do sistema UAB.

Na sequência, foi possível compreender, a partir das respostas obtidas dos alunos que responderam ao questionário, que flexibilidade, autonomia, gratuidade, conciliar papéis e aproveitamento de tempo marcam as principais motivações dos alunos ao fazerem a opção pelo sistema de ensino. Ademais, os discentes entendem o sistema como um apelo para democratização do ensino, logo, uma política pública educacional.

Conclui-se que a oferta de vagas pelo sistema UAB oportuniza o acesso à vaga no ensino superior, mas pode não resultar totalmente na diminuição das desigualdades que atingem a educação brasileira, pois sua oferta é para o atendimento prioritário dos profissionais do magistério e depois para a comunidade geral.

Então, existe a universalização do ensino, porque há a descentralização de vagas oferecidas pelas universidades, mas há uma estratificação, quando se fala em dimensionar oportunidades para apenas um público-alvo, por isso, é importante repensar a finalidade do sistema, oportunizar a todos o acesso à universidade pública.

Assim, ao se falar em políticas públicas educacionais é preciso compreender que estas ações devem assegurar qualidade na educação, acesso à tecnologia, descentralização de unidades, universalização do ensino, divulgação dos processos seletivos e difusão do ensino superior, algo que não está sendo oferecido em sua totalidade pelo sistema.

É importante dizer, ainda, que o sistema tem um grande potencial para oferecer vagas descentralizadas, no entanto, ao condicionar sua proposta prioritariamente na formação de docentes ou na Administração Pública, pode limitar o ingresso e diminuir as oportunidades.

Por isso, para contribuições futuras são necessárias objetivar um estudo que realize um levantamento das contribuições da Universidade Aberta do Brasil para a democratização do ensino, universalização da Educação Superior e qual o impacto gerado na sociedade após a sua instituição.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil** 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 31 ago. 2021
- BRASIL. **Decreto n. 5.800**, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jun. 2006.
- BRASIL. **Decreto n. 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de maio de 2017.
- BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Lei n.13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 19 ago. 2021.
- ESTEVAO, R. B.; FERREIRA, M. D. M. Análise de políticas públicas: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas. **Holos**, rio grande do Norte, v. 03, n. 34, p. 1-18, ago./2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6818>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- Flick, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- GONÇALVES, G. C. **Elaboração e implementação de políticas públicas**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.
- GUERRA, L. C. B; MORAIS, M. E. A implementação de política pública educacional: um estudo do programa nacional de tecnologia educacional (PROINFO) na formação docente em Carúbas-RN. **Holos**, rio grande do Norte, v. 2, n. 33, p. 1-16, mai./2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5273>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- HARTLEY, J. Pesquisa e Estudo de Caso. In. **Catherine Cassel e Gilian Symon** (Eds.), Guia de estudos essenciais em métodos qualitativos em pesquisa organizacional. Londres: Sage, 2004.
- IASULAITIS, S. *et al.* Interatividade e ciclo de políticas públicas no Orçamento Participativo Digital: uma análise internacional. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 6, p. 1091-1115, nov./2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122019000601091. Acesso em: 20 dez. 2020.
- LOTTA, G. **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. 1. ed. BRASÍLIA: ENAP, 2019. p. 1-323.
- MALHORTA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação ampliada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004
- MALTA, E.; SCHURSTER, K. Políticas públicas educacionais e o estabelecimento da Universidade Aberta do Brasil. **Educação em Perspectiva**, Viçosa-MG, v. 11, n. 020025, p. 1-14, set./2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/8976>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- MENDONÇA, J. R. C. de *et al.* Políticas públicas para o Ensino Superior à Distância: um exame do papel da Universidade Aberta do Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [on-line]. 2020, v. 28, n. 106 [Acessado 19 agosto 2021], pp. 156-177. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801899>. Epub 02 Dez 2019. ISSN 1809-

4465.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011

MESQUITA, I. C. A. de. **A Universidade Aberta do Brasil: estrutura da gestão de uma política de educação a distância no ensino superior**. Orientador: Professora Dra. Christiana Soares de Freitas. 2016. 48p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília. Brasília. DF

OLIVEIRA, A. F., PIZZIO, A. FRANÇA, G. **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Editora da PUC- Goiás. 2010.

FARIAS, M. S. A.; PRAZERES, I. M. S; BERNARDES, P. O. 10 anos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). **Anais do VI CONEDU**. 1-10. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/57983>. Acesso em 19 ago. 2021.

PINA, S.C.T; SILVA, J. B. A representação feminina nas universidades e a concreção da cidadania. **Anais Do Congresso Brasileiro De Processo Coletivo E Cidadania**, 7(7), 88-104. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/1655>. Acesso em 19 ago. 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, A. L. Direito à educação: a Universidade Aberta do Brasil uma política pública de acesso ao ensino superior. **Anais do XII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na sociedade contemporânea**. 2016. Disponível em: Acesso em: 20 dez. 2020

SILVA, P. L. B. & Melo, M. A. B. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projeto**. Campinas: Caderno 2000.

STOCKMANN, J. I. Educação a Distância: Gestão da UAB/Nead Unicentro, curso de pedagogia no campus Irati. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 1-27, jan./2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306046595_EDUCA-CAO_A_DISTANCIA_GESTAO_DA_UABNEAD_UNICENTRO_CURSO_DE_PEDAGOGIA_NO_CAMPUS_IRATI. Acesso em: 20 dez. 2020.

Recebido em **05-05-2022**

Aceito em **20-05-2022**